

LAYRCE DE LIMA (interina)  
layrclima.df@cbnet.com.br

## Balanço da pandemia

Breno Fortes/CB/D.A Press



A Defensoria Pública da União (DPU) divulgou um levantamento impressionante de sua atuação desde o início da pandemia de covid-19 até o momento. Com mais de 2,8 milhões de atendimentos nas 70 unidades da DPU em todo o país, a instituição aponta que solucionou mais de 500 mil casos nos últimos dois anos, entre processos previdenciários, cíveis, criminais, administrativos e de direitos humanos. Em contrapartida, recebeu 567,6 mil novas demandas. A interpretação dos defensores é de que esse aumento na procura demonstra o quanto a DPU se tornou ainda mais essencial durante a pandemia.

## Semana de combate ao trabalho escravo

A participação no resgate de 631 pessoas em situação análoga à de escravidão em 2021 é outra vitória celebrada pela Defensoria Pública da União (DPU). O número divulgado marca a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, lembrada sempre em janeiro, após a morte de auditores-fiscais durante uma inspeção.

## Chacina de Unai

Os auditores-fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram assassinados em 28 de janeiro de 2004, quando apuravam denúncias de trabalho escravo no interior de Minas. Em 2021, a DPU fez parte de 53 operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e participou do resgate de 666 trabalhadores forçados a jornadas de trabalho exaustivo, pagamentos abaixo do previsto em lei ou condições degradantes e perigosas. Foram 95 municípios inspecionados e quase R\$ 8 milhões em valores de indenizações pagos aos trabalhadores resgatados.



## À QUEIMA-ROUPA

**RENATA GIL**  
Presidente da  
Associação dos  
Magistrados Brasileiros

AMB/Divulgação



**"As novas regras possibilitarão um incremento na representatividade, mas só alcançaremos o patamar adequado se mais mulheres se dispuserem a votar em mulheres"**

**A AMB e a Escola Judiciária do TSE promovem em fevereiro o 1º Encontro Nacional de Magistradas Integrantes de Cortes Eleitorais, em um momento em que se discute a participação das mulheres na política. Por que essa preparação especial?**

O Brasil, como uma das maiores nações democráticas do planeta, realiza eleições periódicas, com voto universal, direto e obrigatório — o que demanda um grande empenho da Justiça Eleitoral no sentido de organizar e garantir a segurança do pleito. O nosso propósito, claro, é tornar o sistema eleitoral mais eficiente. A expectativa é de ampliar o diálogo entre todos os atores desse processo e buscar orientações com relação ao enfrentamento de problemas importantes, como, por exemplo, as fake news. Também vamos enfrentar a questão das candidaturas femininas de fachada — aquelas que apenas cumprem as cotas de financiamento —, os gastos partidários distorcidos, e, em especial, a violência política contra a mulher.

**Do ponto de vista da participação no processo eleitoral, as magistradas, promotoras, procuradoras, mesárias enfrentam discriminação de gênero?**

As mulheres enfrentam a discriminação de gênero em absolutamente todas as áreas em que atuam. Dentro do Sistema de Justiça, não é diferente. O acesso das mulheres aos espaços de poder ainda é muito restrito, embora, felizmente, tenhamos avançado nos últimos anos. No caso específico do Poder Judiciário, temos uma representação mais equilibrada no primeiro grau — porém o índice cai drasticamente quando analisamos a segunda instância e os tribunais

superiores. Por esse motivo é que iniciativas como o Encontro de Magistradas Integrantes de Cortes Eleitorais são tão importantes: elas empoderam mulheres.

**Como proteger candidatas e autoridades eleitas da discriminação de gênero e da violência na política?**

Esse é um processo lento e paulatino. É importante, em primeiro lugar, que as mulheres vítimas de discriminação de gênero e violência política não se caleem. Elas precisam denunciar, seja às autoridades competentes, seja à imprensa, ou, até mesmo, nas redes sociais. O pior é sempre o silêncio. Em segundo lugar, é indispensável que os partidos instituem órgãos internos capazes de apurar essas denúncias e de dar encaminhamento a políticas de inclusão. Em terceiro lugar, é fundamental que o Ministério Público e o Judiciário tenham um olhar atento para os abusos que ocorrerão ao longo do pleito e estejam prontos para dar respostas efetivas, dentro da lei.

**As novas regras para fiscalizar os gastos partidários e as campanhas eleitorais de candidatas mulheres serão suficientes para garantir uma paridade melhor no resultado final das eleições de 2022?**

Certamente, continuaremos longe da paridade. A presença feminina tem crescido no Congresso Nacional, mas ainda ocupa cerca de 15% das vagas — um número absurdo se levarmos em conta que contabilizamos metade do eleitorado. Acredito que as novas regras possibilitarão um incremento na representatividade, mas só alcançaremos o patamar adequado se mais mulheres se dispuserem a votar em mulheres.

## Insônia

O que está tirando o sono do procurador Leomar Daroncho, coordenador do projeto de adequação das condições de trabalho em frigoríficos do Ministério Público do Trabalho (MPT), é a revisão da Norma Regulamentadora nº 36, que dispõe uma série de medidas de proteção para os empregados do setor de abate e processamento de carnes e derivados: os frigoríficos. "Fala-se muito em modernizar a regra, como na época da reforma trabalhista. Mas não há argumento técnico que demonstre a necessidade de mudança", dispara.

PRT10/Divulgação



## Direitos Humanos

Um aumento de 1.125% no número de queixas de violações ou ameaças aos Direitos Humanos no Distrito Federal em apenas três anos levou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP) da Câmara Legislativa (CLDF) a ampliar os canais para receber denúncias da população. Entre 2018 e 2021, o número de registros subiu de 79 para 889. A Comissão acompanha as denúncias e aciona Ministério Público, a Justiça, a Secretaria de Governo, a Polícia Militar ou Civil, de acordo com o caso.

## Novos canais

A partir de agora, as vítimas não precisam comparecer presencialmente e podem usar o formulário disponível no portal da CLDF desde ontem, telefone, e-mail ou redes sociais para buscar ajuda. O formulário pode ser encontrado no endereço [www.cl.df.gov.br/denuncia-online](http://www.cl.df.gov.br/denuncia-online). Os telefones são (61) 3348-8700, 3348-8701 e 3348-8702 e o WhatsApp: (61) 99904-1681. Outro canal é o e-mail [direitoshumanos@cl.df.gov.br](mailto:direitoshumanos@cl.df.gov.br).

## A frieza dos números

O setor de frigoríficos registrou 85 mil acidentes e 64 mortes no país em um período de cinco anos. E é, segundo o procurador Daroncho, o líder no número de acidentes e doenças ocupacionais em relação às atividades industriais. "É um setor que combina todas as agravantes de risco de acidentes: trabalho em ambiente frio, com uso de amônia, possibilidade de cortes e quedas". Em vigor desde 2013, a NR nº 36 trata de normas como a instalação de estrados, passarelas e plataformas, métodos de levantamento e transporte de produtos e cargas e pausas para descanso dos trabalhadores. Mas o governo quer revisá-la ainda em 2022.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## » Entrevista | FÁBIO FÉLIX, DEPUTADO DISTRITAL PELO PSOL

Ao *CB.Poder*, o parlamentar destaca que comissão recebeu mais de 700 denúncias de agressões contra presos desde 2019

# Violência na Papuda preocupa

» RENATA NAGASHIMA

O deputado distrital pelo Psol, Fábio Félix, foi o entrevistado do *CB.Poder* de ontem — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília. Na bancada, a conversa foi conduzida pela jornalista Jéssica Eufrásio. O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP), da Câmara Legislativa do DF (CLDF), destacou a quantidade de denúncias que a comissão recebe sobre violação dos direitos humanos dentro do sistema prisional.

### O que tem aparecido com mais destaque na comissão?

Tem vários temas que aparecem, como LGBTfobia, violência contra a mulher, violência institucional dentro do emprego. São empregos que tratam muito mal seus trabalhadores. Mas tem duas coisas que eu gostaria de destacar, uma delas é que a gente recebeu cerca de 700 denúncias desde 2019 de violação de direitos humanos dentro do sistema prisional, as piores

violações que você pode imaginar. Desde privação à visita, até violência física e violência institucional. A gente já viu várias mudanças de gestão nessa área, mas nos preocupa a saga da tristeza e o sofrimento desses familiares que acompanham essas pessoas que estão dentro do sistema prisional.

Óbvio que as pessoas precisam ser responsabilizadas daquilo que foram condenadas, no rigor da lei. Mas o nosso sistema tem que ser ressocializador, porque essas pessoas vão voltar pra sociedade. Ele precisa ter escola, precisa ter acesso a profissionalização, precisa ter atendimento psicossocial, inclusive pra reflexão sobre as condutas criminosas e infelizmente me parece que há um vazio institucional e esse sistema é unicamente repressivo. Isso nos preocupa. Também preocupa a falta de transparência que esse sistema tem para a sociedade. Assim como toda a política pública, é preciso prestar contas. Então, essas 700 denúncias são um grande dossiê que nós temos de violação dentro do sistema prisional, e a gente acha que esse ano isso vai continuar

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



pipocando e a comissão vai continuar atuando.

### Qual é a população carcerária hoje do DF?

Entre 15 e 16 mil presos. Teve uma diminuição de cerca de 1.500 a 1.800 detentos durante a pandemia. Aqueles que estavam próximos de ser liberados acabaram sendo pela várias execuções penais. Mas ainda é uma

comunidade muito grande, muito acima da média. Eu tive algumas vezes no sistema prisional e as cenas que eu vi, foram muito chocantes. Chocantes mesmo, coisas que eu não vou esquecer nunca mais. Você vê uma uma salinha que cabem de seis a oito pessoas com 30, 35 e 38 presos. Como é que a gente acha que a pessoa vai sair melhor dali? Essa é uma reflexão coletiva, que nós

temos que fazer.

Uma coisa é ser responsabilizado e a responsabilização acontece com a privação da liberdade, de direitos afetivos, do relacionamento, do trabalho, de um monte de coisa que a pessoa faria fora. Mas a gente precisa garantir que haja reeducação, que haja ressocialização.

**Há casos de violência contra a mulher, investigados como feminicídios, registrados neste fim de semana. No ano passado, a Câmara atuou bastante nessa frente, teve uma CPI do feminicídio, vocês elaboraram um relatório com 80 sugestões. Em que pé tá esse relatório agora?**

Infelizmente, os retornos e respostas do poder público são muito precários e frágeis até aqui. Além de serem muito lentos também. A gente atua desde o final de 2019 com a instalação da CPI do feminicídio. Ao longo de 2020 e 2021, fizemos uma investigação que foi minuciosa em diversas políticas públicas. A gente percebeu, por exemplo, que a grande articuladora das políticas públicas de prevenção

à violência contra a mulher, que é a Secretaria da Mulher, tinha poucos servidores, suas unidades funcionando de forma absolutamente precária, tinha uma incapacidade de articular as políticas nas secretarias e esse era um dos grandes gargalos que a gente enfrentava.

**E a questão da LGBTfobia? Recentemente, houve uma mulher trans que foi brutalmente agredida e o suspeito foi preso e liberado na sequência. Vocês acompanharam esse caso?**

A gente acompanhou esse caso, entramos em contato com a família colocando a Comissão de Direitos Humanos à disposição, ofícios também a Decrin que é a Delegacia Especializada da cidade que acompanha o caso. Infelizmente, esse tipo de violência tem crescido e dentro da sigla LGBTQIA+. A gente percebe que um um dos segmentos mais vulneráveis é a população trans. É uma população que não tem acesso à empregabilidade, que não consegue emprego na nossa cidade, no nosso país e a população mais suscetível à violência.